



Editor Responsável: Jorge Katsumi Niyama
Jomar Miranda Rodrigues
Editor Associado: João Abreu de Faria Bilhim
Processo de Avaliação: Double Blind Review pelo SEER/OJS

A Implementação do Sistema e-Tomada de Contas Especiais sob a Perspectiva dos Contadores Governamentais Federais

RESUMO

Objetivo: Esta pesquisa tem como objetivo analisar a percepção dos profissionais de contabilidade das Universidades Federais brasileiras sobre a efetividade do sistema e-TCE nas Tomadas de Contas Especiais.

Método: Utilizaram-se *insights* da Teoria Institucional baseados na percepção dos contadores das Universidades Federais. Os dados foram coletados por meio de um questionário eletrônico objetivo (*survey*), com uma amostra que abrangeu 82% desses profissionais. Foram conduzidas análises descritivas e de associação bivariada. Os dados foram analisados por meio da Análise de Correspondências Múltiplas.

Originalidade/Relevância: O estudo é original por ser o primeiro a analisar a efetividade do sistema e-TCE e os dados analisados sob a ótica de servidores. Outras pesquisas comumente analisam essa efetividade pela perspectiva do cidadão.

Resultados: Os resultados revelaram que os benefícios esperados com a implantação do sistema e-TCE estão sendo alcançados. A maior contribuição A maior contribuição foi a objetividade no fluxo de formalização interna da Tomada de Contas Especial, com 70% dos respondentes concordando que as funcionalidades desenvolvidas facilitam a inserção das informações de responsabilização, auxiliando na identificação dos elementos essenciais e agregando qualidade aos processos.

Contribuições Teóricas/Metodológicas: Esta pesquisa contribui para a compreensão de como o sistema e-TCE promove melhorias no fluxo de trabalho das Tomadas de Contas Especiais, e otimiza a gestão pública com o uso de TICs. Adicionalmente, avança na Teoria Institucional ao sugerir que a implantação de sistemas informatizados pode ser vista como um processo de institucionalização de novas práticas organizacionais, substituindo métodos tradicionais e menos eficientes.

Palavras-chave: Governo eletrônico, Prestação de Contas, Tomada de Contas Especiais, Sistema e-TCE.

Ana Paula de Moraes

Universidade Federal de Goiás - UFG,
Goiás Brasil
paula_moraes@discente.ufg.br

Mario Ernesto Piscoya Diaz

Universidade Federal de Goiás - UFG,
Goiás, Brasil
mpiscoya@ufg.br

Abimael de Jesus Barros

Universidade de Brasília – UNB, Distrito
Federal, Brasil
acosta@unb.br

Recebido: Janeiro 10, 2024

Revisado: Julho 30, 2024

Aceito: Agosto 10, 2024

Publicado: Dezembro 30, 2024



How to Cite (APA)

Moraes, A. P., Diaz, M. E. P., Barros, A. J. (2024). A Implementação do Sistema e-Tomada de Contas Especiais sob a Perspectiva dos Contadores Governamentais Federais. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, 27 (2), 278-309. <http://dx.doi.org/10.51341/cgg.v27i2.3205>

1 INTRODUÇÃO

O final do século XX foi marcado por profundas mudanças globais, destacando-se o avanço tecnológico (Akour & Alenezi, 2022; Santos, 2021). Nesse cenário, o Estado é desafiado a adotar sistemas eletrônicos em substituição aos métodos tradicionais, visando aumentar a eficiência de seus processos (Al-Zahrani, 2020; Gil-Garcia & Flores-Zúñiga, 2020; Murungi & Kavigamba, 2015; Sousa & Arruda, 2020).

Essa transição é sustentada pela Teoria Institucional, amplamente reconhecida por explicar o processo de legitimação organizacional e os padrões de mudança (Soeiro & Wanderley, 2019). Segundo Tolbert e Zucker (1999), a Teoria enfatiza como as regras e convenções moldam o comportamento das organizações e da sociedade em geral. Meyer e Rowan (1977) e DiMaggio e Powell (1983) também contribuem para entender como as instituições influenciam a adoção de novas práticas organizacionais.

Para alcançar eficácia na gestão dos recursos econômicos, é essencial fortalecer os métodos de monitoramento (Blonski et al., 2017; Pinho & Rodrigues, 2020). Nesse sentido, a Controladoria Governamental desempenha um papel essencial ao implementar sistemas de informação que melhoram a transparência e o controle das atividades decisórias (Pereira, 1999; Slomski, 2005, p. 15; Slomski, 2007).

A necessidade de prestação de contas é um princípio central que norteia a boa governança do setor público, conforme definido pela IFAC (2001), que destaca a responsabilidade dos gestores públicos pelo uso adequado dos recursos e pela transparência nos processos organizacionais (Dall'Agnol et al., 2017). No contexto brasileiro, o Tribunal de Contas da União (TCU) desempenha um papel fundamental na fiscalização e gestão dos recursos públicos, incluindo a Tomada de Contas Especial (TCE) (Arraes et al., 2019; Speck, 2000).

Pesquisas anteriores no contexto da TCE evidenciaram que o sistema manual não é mais adequado, devido ao volume e morosidade da tramitação, causando ineficiência na efetividade da TCE (Quintão & Cordeiro, 2015; Oliveira, 2017; Pacheco, 2021). A pesquisa de Coelho (2021) avaliou a eficácia da TCE nos Municípios do Norte Fluminense de 2015 a 2020, encontrando erros administrativos que comprometeram o processo de TCE. Cerca de 6,44% dos valores questionados pelo TCE/RJ, totalizando R\$ 37.515.797,07, não puderam ser liquidados devido ao extravio de documentos, destacando a necessidade de melhorias na gestão desses processos.

A fim de aprimorar o controle, o TCU, o Ministério da Transparência e a Controladoria-Geral da União (CGU) colaboraram na implementação do Sistema Informatizado de Tomada de Contas Especial (e-TCE). Consoante à Instrução Normativa TCU n.º 122, a partir de 1º de julho de 2018 a instauração de Tomada de Contas Especial passa a ser realizada exclusivamente por meio eletrônico no referido sistema.

Apesar da existência de uma proposta governamental para a transformação digital, há indicadores que apontam desafios na implementação dessas estratégias (Viana, 2021). Diante do exposto, a presente pesquisa busca responder à seguinte questão problema: Qual a percepção dos profissionais de contabilidade das Universidades Federais brasileiras acerca da efetividade do sistema e-TCE nas Tomadas de Contas Especiais?

Para suprir as lacunas encontradas na literatura já existente, analisa-se os dados sob a ótica dos servidores, diferenciando-se de outras pesquisas que avaliam sob a perspectiva do cidadão (Bandeira, 2022; Samuel et al., 2020). Reconhecendo a relevância em contribuir com a melhoria dos processos da administração pública, esta pesquisa busca contribuir também para o corpo de literatura existente ao explorar a visão dos servidores públicos. A análise busca promover informações mais transparentes e coesas, alinhadas com os princípios de governança e prestação de contas (Castro & Costa, 2022; Melati & Janissek-Muniz, 2020).

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Controladoria Governamental e Governo Eletrônico à Luz da Teoria Institucional

A Controladoria pode ser definida como “a busca pelo atingimento do ótimo em qualquer ente, seja ele público ou privado” (Slomski, 2005, p. 37). Ela atua no processo decisório, na informação, no controle das atividades e na segurança do patrimônio público (Pereira, 1999; Quintão & Cordeiro, 2015). No contexto governamental brasileiro, a Controladoria ganhou destaque na década de 70 e foi formalizada pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Complementar n.º 101/2000 (LRF), integrando a estrutura organizacional estratégica.

A atuação dos órgãos de controle externo, como o Tribunal de Contas da União (TCU), é fundamental para assegurar a eficácia das ações da administração pública, auditando e fiscalizando entidades com recursos públicos (Sundfeld et al., 2017). Nesse viés, a integração das tecnologias digitais tem promovido uma nova dinâmica na relação entre estado e sociedade (Twizeyimana & Andersson, 2019), contribuindo para a transparência e eficiência dos serviços públicos (Androniceanu, 2021; Cunha & Miranda, 2013; Sampaio et al., 2012).

A introdução dos primeiros serviços eletrônicos à administração pública ocorreu no final da década de 1980, havendo uma adoção progressiva das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) a partir dos anos 90 como parte das políticas públicas governamentais, abrangendo uma perspectiva global (Cristóvam et al., 2020; Reck, 2021). Segundo a Teoria Institucional, que examina a legitimidade organizacional e os processos de mudança institucional, o governo eletrônico representa uma modernização na administração pública por meio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e na busca contínua de melhoria nos processos (Osborne & Plastrik, 1997; Dias et al., 2019). Kraemer e King (2006) argumentam que essa teoria é apropriada para entender como o governo eletrônico se legitima e se adapta às demandas sociais e tecnológicas.

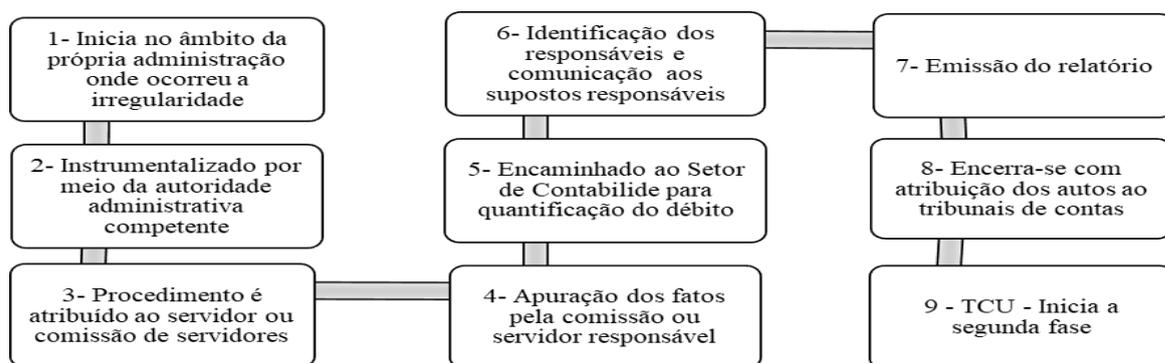
Conforme destacado por North (1990), o conceito de mudança institucional se manifesta por meio de processos incrementais, nos quais são realizados ajustes marginais nas complexas normas, regras e imposições que constituem a estrutura institucional, sem que ocorra ruptura institucional. Nesse contexto, o isomorfismo coercitivo se aplica à pesquisa, uma vez que a implementação de sistemas eletrônicos como o e-TCE e outras tecnologias de informação ocorre em grande parte devido a pressões regulatórias e políticas governamentais. A regulamentação pelo TCU e a adoção de novas políticas exigem que as instituições públicas implementem esses sistemas para garantir conformidade, eficiência e transparência (DiMaggio & Powell, 1983).

2.2 Sistema Eletrônico de Tomada de Contas Especial (e-TCE)

A Tomada de Contas Especial (TCE) é um procedimento administrativo instituído pela Lei n.º 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU) para se apurar, em caráter excepcional, danos à administração pública e ressarcir o erário. A TCE é regulamentada pela Instrução Normativa TCU n.º 71, de 2012, atualizada pela Decisão Normativa TCU n.º 155, de 2016. O processo de instauração da TCE possui duas fases, a fase interna e a fase externa (Lei n.º 8.443, 1992). A fase interna, tema desta pesquisa, é apresentada na Figura 1.

Figura 1

Fase interna de instauração de Tomada de Contas Especial

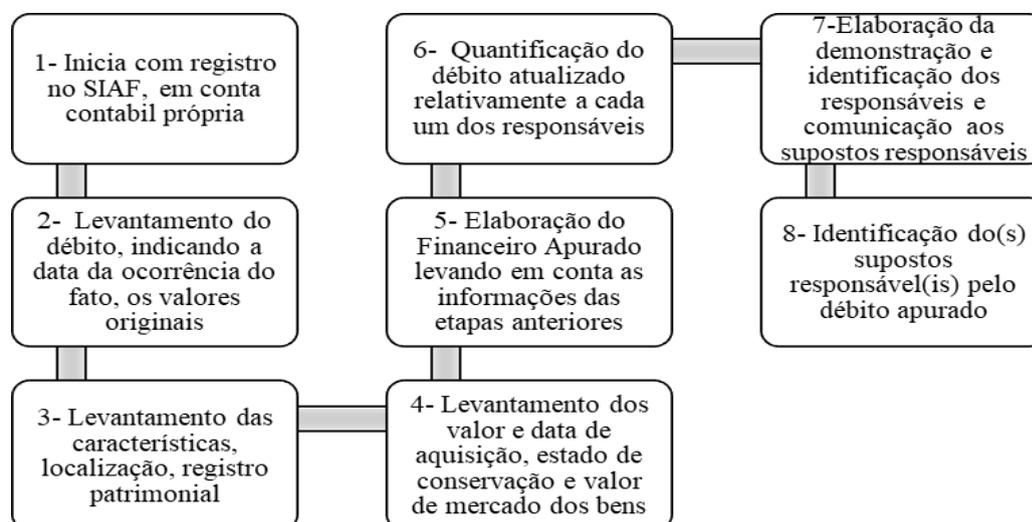


Fonte: Adaptado de IN/ TCU nº 71/2012.

A primeira fase da instauração da TCE começa no órgão onde ocorreu o dano ao erário, sendo conduzida pela autoridade administrativa competente. Um servidor ou comissão de servidores apura os fatos, identifica os responsáveis, quantifica o dano e elabora o relatório do tomador de contas (Almeida, 2017). Esta pesquisa foca na primeira fase, destacando as atribuições do setor de contabilidade, conforme mostrado na Figura 2.

Figura 2

Atribuições de responsabilidade do setor de contabilidade



Fonte: Adaptado a partir da Lei nº 9.755/1998.

As atribuições do setor de contabilidade incluem registrar o fato no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), com data e valores, levantamento das características e valores dos bens e identificação do(s) responsável (s) pelo débito (Lei n.º 9.755/1968). A partir de 1º de julho de 2021, a Portaria n.º 1.531 orienta tecnicamente a fase interna da TCE. Observa-se que durante o trâmite na elaboração do processo de TCE, o papel do contador é fundamental, pois é responsável pela devida quantificação do débito.

Após a apuração dos fatos, quantificação do débito, identificação dos responsáveis e análise das justificativas, o tomador de contas ou a comissão emite um relatório conclusivo e circunstanciado. O processo é então encaminhado aos setores competentes para os procedimentos do Controle Interno. A segunda fase ocorre no Tribunal de Contas da União (TCU), onde o processo é julgado (Brasil, 2021). Entretanto, a segunda fase desenvolve-se,

especificamente, no Tribunal de Contas da União (TCU) e se constitui essencialmente do julgamento do processo.

Assim, o Sistema Eletrônico de Tomada de Contas Especiais (e-TCE) é um ambiente virtual que facilita a instauração, tramitação e autuação de processos de TCE, além do registro de débitos. O e-TCE moderniza e padroniza o processo de restituição de danos ao erário, representando uma mudança de cultura institucional.

Portanto, objetivando a melhoria da gestão do processo de Tomada de Contas Especial, por meio da visão integrada do fluxo de tramitação do processo de TCE e dos seus desdobramentos, os agentes passam a acompanhar o processo desde a instauração até seu julgamento no TCU, evitando o dispêndio de tempo com pesquisas manuais para verificação de seu andamento.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Caracterização da Pesquisa

Este estudo se classifica, quanto ao seu objetivo, como descritivo, com abordagem quantitativa. Quanto aos procedimentos técnicos para a coleta dos dados a serem tratados na pesquisa, foi aplicado por meio eletrônico, um questionário objetivo (pesquisa *survey*). As considerações éticas foram seguidas.

Cada participante foi devidamente informado sobre o objetivo da pesquisa e os possíveis riscos envolvidos. Considerando que se trata de uma pesquisa de questionário (*survey*), o único risco identificado é o potencial constrangimento ao responder alguma pergunta. Nesses casos, os participantes tinham a liberdade de pular a pergunta ou, se necessário, encerrar sua participação. Além disso, foi garantido aos participantes que suas identificações seriam removidas do banco de dados, assegurando que a análise fosse conduzida de forma anônima.

Em relação ao controle das variáveis pelo pesquisador, optou-se pela abordagem *ex post facto*. No que diz respeito à dimensão temporal, a análise foi conduzida de forma transversal, abrangendo o período de janeiro a maio de 2023.

3.2 População-alvo e Amostra

A população-alvo desta pesquisa é formada por todos os servidores que desempenham a função de contador em 69 Universidade Federais vinculadas ao Ministério da Educação no ano de 2023 e que tenham relação direta com o uso do sistema e-TCE nas Tomadas de Contas Especiais. Para determinar o tamanho da população, utilizou-se os dados disponíveis no Fórum Nacional dos Diretores de Contabilidade e Finanças das Universidades Federais Brasileiras (FONDCF). A amostra está confirmada por 57 contadores que responderam, de forma virtual, ao questionário estruturado com 17 questões, representando o percentual de 83% em relação à população.

Para identificar possíveis falhas na elaboração do questionário, foram realizados testes pilotos procurando verificar a forma de redação e o entendimento de cada um dos 17 quesitos. Assim, o instrumento de coleta de dados foi submetido à fase de pré-teste, tendo como avaliadores dois contadores responsáveis por Instituições de Ensino Superior Federais distintas, membros da população-alvo desta pesquisa. Os resultados deste pré-teste mostraram uma concordância total entre ambos os avaliadores em todos os quesitos analisados, não havendo, assim, a necessidade de realizar ajustes no instrumento de coleta.

3.3 Variáveis Consideradas

Para derivar as variáveis na metodologia, os componentes essenciais para o desenvolvimento do questionário foram elaborados de acordo com os benefícios previstos na implantação do sistema e-TCE, conforme proposto pela Portaria nº 122/2018 do TCU. Esses componentes estão detalhados na Tabela 1.

3.4 Análise de Associação

Para mensurar a associação das variáveis foi necessário construir tabelas de contingência. A partir delas, calcula-se o Coeficiente de Associação V - Cramer (Agresti & Finlay, 2009), definido pela seguinte equação:

$$V = \sqrt{\frac{\chi^2/n}{\min\{k-1; r-1\}}}$$

Em que χ^2 representa a estatística Qui Quadrado calculada a partir das frequências observadas e esperadas da tabela de contingência; k representa o número de colunas e r o número de filas daquela tabela. Para a análise dos dados foi utilizado o software Stata® 14.

Uma limitação das estatísticas de associação para dados categorizados é a dificuldade em apresentar de que forma as categorias de uma das variáveis envolvidas na análise se relacionam com as categorias da outra (assumindo uma tabela de contingência construída para uma variável com r categorias e outra com k categorias). Uma técnica alternativa que permite visualizar melhor a proximidade entre as categorias de um conjunto de variáveis categóricas é a Análise de Correspondências Múltipla (Greenace & Blasius, 2006).

Essa técnica realiza a redução de dimensão de uma tabela de contingência mediante uma série de transformações que originam dados relacionados que podem ser apresentados graficamente por mapas de percepção (Beh & Lombardo, 2014). A interpretação desses gráficos é bastante intuitiva, visto que quanto mais próximos os valores das categorias das variáveis envolvidas, maior será a associação entre essas categorias. Dessa forma, é possível verificar como as características de cada indivíduo estão associadas com suas respostas correspondentes.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 Características da Amostra

No total, foram coletadas 58 respostas, sendo que apenas uma delas não contemplava todas as questões respondidas, o que, conseqüentemente, a excluiu da amostra. Os demais participantes apresentaram respostas para todos os itens, totalizando 57 casos válidos, o que representa 82% do total da população.

Nesta seção, é apresentada a análise associativa das respostas às questões 1 a 3 do questionário. A partir da Tabela 2, verifica-se a distribuição das diferentes características sociodemográficas (Sexo, Idade e Formação) e sua relação com o uso do Sistema e-TCE pelos contadores das Universidades Federais.

Tabela 2

Distribuição dos 57 participantes segundo o uso do sistema e-TCE e diferentes características

	Uso do Sistema e-TCE?				Total	Valor P ¹
	Não		Sim			
	N	%	N	%		
1- Sexo						0,197
Feminino	2	10,0%	18	90,0%	20	100,0%
Masculino	14	37,8%	23	62,2%	37	100,0%
2- Idade						0,004
Até 30 anos	2	12,5%	14	87,5%	16	100,0%
31 a 40 anos	8	42,1%	11	57,9%	19	100,0%
41 a 50 anos	4	36,4%	7	63,6%	11	100,0%
Acima de 50 anos	2	18,2%	9	81,8%	11	100,0%
3- Formação						0,006
Graduação	4	14,3%	24	85,7%	28	100,0%
Especialização	5	27,8%	13	72,2%	18	100,0%
Mestrado	7	70,0%	3	30,0%	10	100,0%

Nota: O Valor P¹ está associado com o teste Qui-Quadrado de associação. Fonte: Elaborado a partir de dados coletados pelos pesquisadores.

Ao analisar o perfil demográfico, percebe-se que a maior parte dos respondentes são do sexo masculino, condensado por indivíduos entre 31 e 40 anos. Em relação ao nível de escolaridade, observou-se um público com nível médio ou superior e nível de renda de até três salários mínimos. Em relação à formação acadêmica, quase metade dos entrevistados (49%) declararam ter concluído a graduação e 32% declararam ter realizado algum curso de especialização.

Observa-se que o uso do Sistema e-TCE é maior entre as mulheres (90%) quando comparado com os homens entrevistados (62,2%). Em relação à idade, do total de entrevistados com até 30 anos, 87,5% utilizaram o sistema. No total, observa-se que aproximadamente 8 em cada 10 dos entrevistados (81,8%) fizeram uso do sistema.

O percentual de uso do e-TCE foi menor entre os entrevistados entre 31 e 40 anos (57,9%) e com idades entre 41 e 50 anos (63,6%). Foi possível observar a existência de uma associação estatística entre a idade e o uso do sistema (Valor $P = 0,004$). Em relação à formação, observou-se que 85,7% dos entrevistados com graduação tinham tido algum tipo de contato com o e-TCE; 72,2% dos entrevistados com especialização e 30% daqueles que declararam ter mestrado também (ver Tabela 2). Os resultados obtidos sugerem uma associação estatística entre a formação e o uso do sistema e-TCE (Valor $P=0,006$).

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1 Análise de Associação

Nesta seção, apresenta-se a análise de acordo com a associação para as questões 4 a 7 do questionário, abordando o uso do sistema e-TCE e as características das funções exercidas. Os resultados são apresentados na Tabela 3, a seguir.

Tabela 3

Distribuição dos participantes segundo uso do sistema e-TCE e características da função exercida

	Não		Sim		Total		Valor P
	N	%	N	%	N	%	
4- Experiência em Contabilidade no Setor Público							0,0006
Até 05 anos	6	18,2%	27	81,8%	33	100,0%	
De 06 a 10 anos	5	55,6%	4	44,4%	9	100,0%	
De 11 a 15 anos	5	62,5%	3	37,5%	8	100,0%	
Mais de 15 anos	0	0,0%	7	100,0%	7	100,0%	
5-Possui curso de formação complementar em Informática?							0,007
Não	4	33,3%	8	66,7%	12	100,0%	
Sim	1	26,7%	33	73,3%	45	100,0%	
	2						
6-Desempenhava a função de contador antes da informatização através do Sistema e-TCE?							0,007
Não	1	50,0%	10	50,0%	20	100%	
	0						
Sim	6	16,2%	31	83,8%	37	100%	
7-Foi ofertada capacitação adequada após a implantação do Sistema e-TCE?							
Não	1	76,9%	3	23,1%	13	100%	
	0						
Sim	6	13,6%	38	86,4%	44	100%	

Nota: O Valor P está associado com o teste Qui-Quadrado de associação.

As questões 11 a 17 buscaram captar a percepção do entrevistado em relação aos benefícios decorrentes da implantação do sistema e-TCE e foram respondidas exclusivamente por contadores que utilizaram o sistema para TCE. Dessa forma, realizou-se análise descritiva das variáveis 11 a 17. Na Tabela 4, consta a descrição dessas variáveis.

Dos 57 participantes da pesquisa, 41 responderam às questões relacionadas aos objetivos do programa sistema e-TCE. Sobre a qualidade e integração dos dados, conforme escala *Likert*, 44% concordam e 56% dos respondentes concordam totalmente, demonstrando que a percepção dos respondentes da pesquisa é de que a informatização da Tomada de Contas Especial, por meio do e-TCE, promove uma melhor comunicação entre o controle interno e externo, sendo capaz de disponibilizar todas as informações necessárias, melhorando a qualidade do processo. Os dados sugerem que o Sistema e-TCE contribui para o ganho de tempo com base na integração dos sistemas SIAFI/Siconv.

Tabela 4

Descrição dos Objetivos Previstos

Variável	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente	Total
11.Qualidade				18 = 44%	23 = 56%	41= 100%
12. Integração				18 = 44%	23 = 56%	41= 100%
13.Gerenciamento			1 = 2%	17 = 42%	23 = 56%	41= 100%
14.Objetividade				12 = 30%	29 = 70%	41= 100%
15.Desburocratização				17 = 42%	24 = 58%	41= 100%
16.Visão				16 = 39%	25 = 61%	41= 100%
17.Débitos			4 = 0,10%	10 = 24%	27 = 66%	41= 100%

A maioria dos respondentes, com um percentual de 56%, concordam totalmente que o Sistema e-TCE permite o gerenciamento dos dados produzidos pelo conjunto das tomadas de contas especiais, promovendo melhorias na formulação e execução da política pública. Ao permitir padronizar os procedimentos e documentos, garante que todos os processos sigam as mesmas diretrizes e formatos, facilitando a análise comparativa, garantindo maior consistência nas avaliações pelo TCU. Somente 2% dos entrevistados não concordaram nem discordaram dessa afirmação.

Com percentual de 70%, os indivíduos da amostra concordam que as funcionalidades desenvolvidas permitem maior objetividade na inserção de informações referentes à responsabilização, subsidiando o instaurador na identificação dos elementos que devem estar

presentes na Tomada de Contas Especial, agregando qualidade ao processo. Dessa forma, as informações ficam disponíveis, permitindo um acesso rápido aos documentos e dados relevantes e facilitando o trabalho dos envolvidos no processo, além de possibilitar um acompanhamento mais transparente por parte dos órgãos fiscalizadores e dos cidadãos interessados.

Quanto à desburocratização, 58% dos respondentes responderam que o sistema e-TCE contribui para que, após a conclusão dos trabalhos concernentes ao setor contábil, o processo seja automaticamente disponibilizado ao setor ou órgão seguinte. Ademais, 61%, indicaram que a visão integrada do fluxo de tramitação do processo da Tomada de Contas Especial e dos seus desdobramentos permite aos agentes acompanharem o processo desde a instauração até seu julgamento no TCU, evitando o dispêndio de tempo com pesquisas manuais para verificação de seu andamento. Dessa forma, a integração do sistema e-TCE permite a troca de informações de forma mais eficiente e evita a duplicação de esforços, possibilitando uma análise mais completa e abrangente, com acesso direto a informações relevantes.

Acima da média, com o percentual de 66%, as percepções dos participantes da pesquisa mostraram que o Sistema e-TCE contribui para identificar os débitos decorrentes dispensados da instauração da Tomada de Contas Especial, auxiliando na tomada de decisões consistentes. Somente 10% dos entrevistados manifestaram não concordar nem discordar com essa afirmação.

Conforme esses resultados, em geral, os objetivos previstos com a implantação do sistema e-TCE estão sendo alcançados. A principal contribuição do sistema para o fluxo de formalização interna da Tomada de Contas Especial foi a agilidade, a qualidade dos dados e a integração proporcionadas pelo sistema. Demonstrando que a maior contribuição que o sistema e-TCE trouxe para o fluxo de formalização interna da Tomada de Contas Especial foi a agilidade do sistema, qualidade dos dados e integração.

Nesse sentido, os resultados das análises corroboram os das pesquisas de Reis, Dacorso & Tenório. (2015) e Sousa e Arruda (2020) acerca da adoção de tecnologias em Tribunais de Contas, visto que os autores comprovaram que houve melhorias no processo de prestação de contas públicas por meio da agilidade e desburocratização, contribuindo com a eficiência da controladoria governamental.

5.2 Perfil de Resposta dos Entrevistados que Utilizaram o e-TCE

5.2.1 Análise de Correspondências Múltiplas

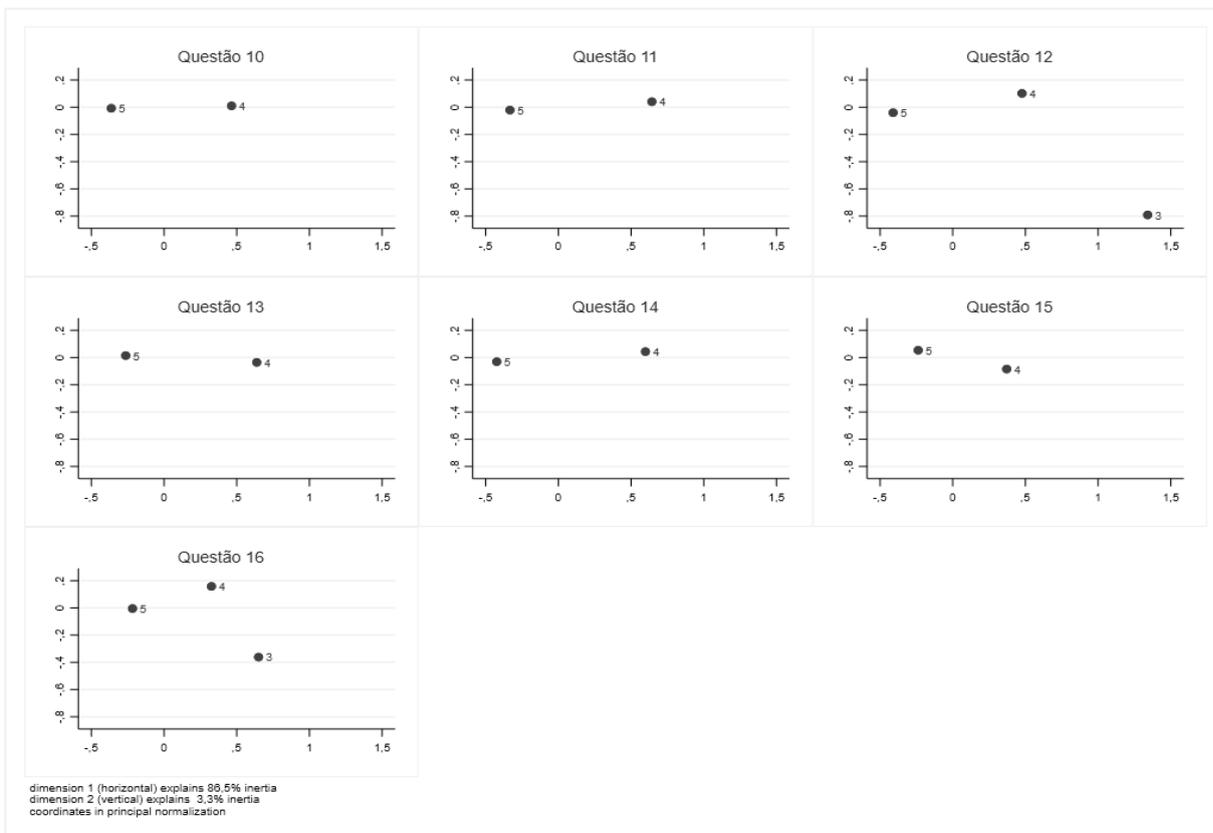
Após a realização de uma análise de correspondências múltiplas considerando conjuntamente as questões 10 a 16 para aqueles participantes que tiveram algum contato com o sistema e-TCE, apresenta-se os resultados dessa análise na Figura 4. A inércia representada pelas duas dimensões retidas corresponde a aproximadamente 90% da inércia total. Observa-se que o perfil de resposta nas questões 10, 11, 13, 14 e 15 são bastante similares entre os entrevistados que avaliam conjuntamente esses quesitos com notas 4 ou 5. Também é possível observar que as questões 12 e 16 apresentam um padrão de resposta diferente em comparação com as questões restantes. Esse padrão se caracteriza pela presença de três categorias em vez de duas nas respostas dos entrevistados.

Ao analisar a questão 12 (Na sua percepção, o Sistema e-TCE contribui para o ganho de tempo com base na integração dos sistemas SIAFI/Siconv com sistemas estruturantes da administração?), observa-se que participantes com nível de escolaridade máximo de graduação ou especialização são mais propensos a concordar totalmente com a indagação proposta na questão. Já os participantes com mestrado são mais propensos a somente concordar com a interrogativa proposta. Em relação à idade, participantes acima de 50 anos apresentam uma maior associação com a concordância total na questão 12. Por seu turno,

participantes com idades de até 30 anos e participantes com idades entre 41 e 50 anos apresentam uma maior associação com a concordância nessa questão.

Figura 4

Análise de correspondências múltiplas para as questões 10 a 16



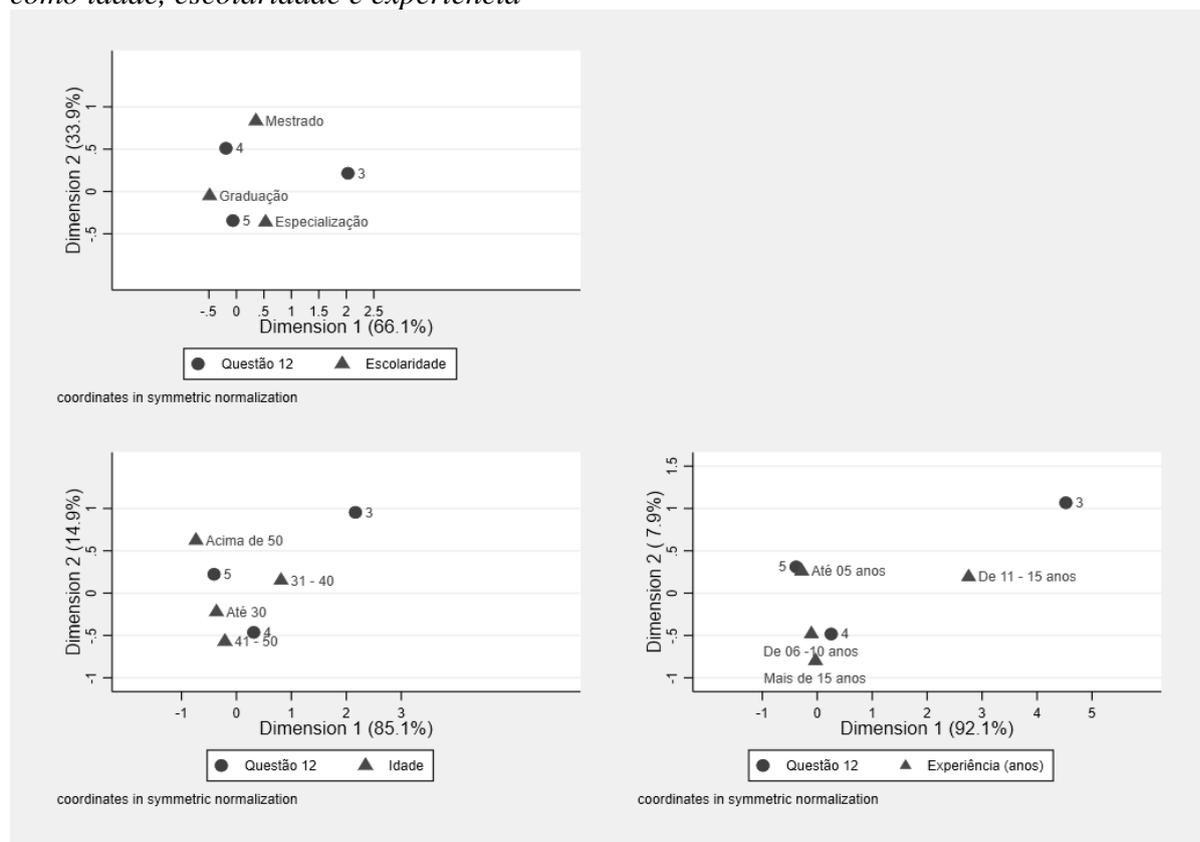
Nota: “Questão 10: Na sua percepção, a informatização da Tomada de Contas Especial através do e-TCE promove uma melhor comunicação entre o controle interno e externo capaz de disponibilizar todas as informações necessárias melhorando a qualidade do processo?; Questão 11. Na sua percepção, o Sistema e-TCE contribui para o ganho de tempo com base na integração dos sistemas Siafi/Siconv com sistemas estruturantes da administração?; Questão 12: Na sua percepção com o Sistema e-TCE, permite o gerenciamento dos dados produzidos pelo conjunto das tomadas de contas especiais (relatórios e indicadores que poderão ser instrumento de melhorias na formulação e execução da política pública)?; Questão 13. Na sua percepção, as funcionalidades desenvolvidas permitem maior objetividade na inserção de informações referentes à responsabilização (irregularidade, responsável, conduta, dano), subsidiando o instaurador na identificação dos elementos que devem estar presentes na Tomada de Contas Especial agregando qualidade ao processo?; Questão 14. O Sistema e-TCE contribui para que após a conclusão dos trabalhos concernentes ao setor contábil, o processo seja automaticamente disponibilizado ao setor ou órgão seguinte?; Questão 15. Na sua percepção, a visão integrada do fluxo de tramitação do processo da Tomada de Contas Especial e dos seus desdobramentos permite aos agentes acompanharem o processo desde a instauração até seu julgamento no TCU, evitando o dispêndio de tempo com pesquisas manuais para verificação de seu andamento? e Questão 16. Na sua percepção, o Sistema e-TCE contribui para identificar os débitos decorrentes que estão dispensados da instauração da tomada de contas especial, (aplicação do art. 6º, incisos I e II, da IN TCU 71/2012)?”.Fonte: Elaborado a partir dos dados coletados pelos pesquisadores.

Em relação à experiência na função desempenhada, observa-se que as respostas dos participantes com menos tempo de experiência (até 5 anos) são mais próximas da

concordância total. Participantes com tempo de experiência entre 6 e 10 anos, assim como os participantes com mais de 15 anos de experiência, têm respostas mais associadas com a concordância em relação à questão 12. As respostas dos participantes com tempo de experiência entre 11 e 15 anos apresentam uma associação maior com a categoria ‘nem concordo, nem discordo’ nessa questão. Este tópico é importante, pois permite verificar a percepção dos participantes em relação à integração, conforme apresentado na Figura 5.

Figura 5

Resultados da análise de correspondências entre as categorias da questão 12 e características como idade, escolaridade e experiência



Em relação à questão 16 – elaborada com propósito de analisar a visão integrada do fluxo de tramitação do processo de TCE e dos seus desdobramentos –, apresentamos na Figura 6 uma análise de correspondências entre as categorias das variáveis escolaridade máxima, idade e experiência na função (em anos). Observa-se na figura que participantes com graduação apresentam uma tendência a concordar totalmente com a indagação proposta,

enquanto participantes com especialização são mais propensos a unicamente concordar com a afirmação proposta nessa questão. Por sua vez, os participantes com mestrado não conseguem se posicionar em relação à questão.

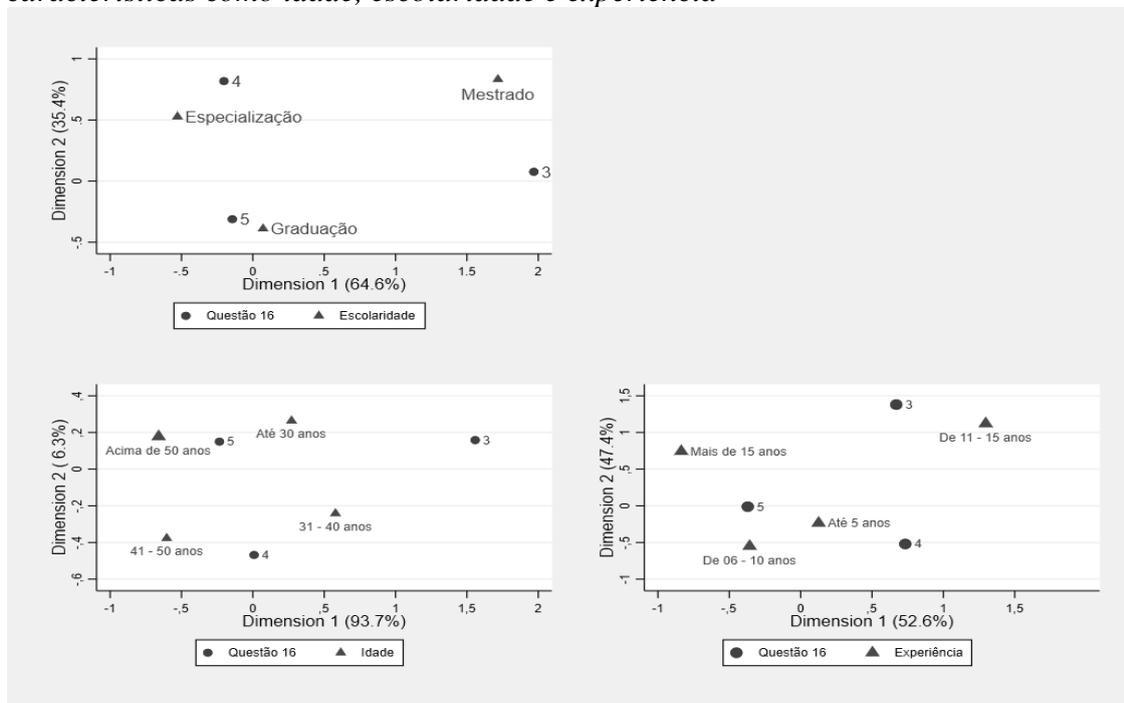
Ao ponderar sobre a viabilidade de conduzir uma análise de associação considerando diferentes faixas etárias, destaca-se que os participantes mais experientes, com idades superiores a 50 anos, e os participantes mais jovens, com até 30 anos, demonstram uma propensão mais acentuada a concordar integralmente com a proposição apresentada na questão 16. Ademais, os participantes cujas idades situam-se entre 41 e 50 anos expressam uma avaliação positiva em relação à questão 16, embora sua concordância seja mais moderada, caracterizando-se por uma simples concordância com a afirmação.

Ao relacionar com o tempo de experiência na função, constata-se que participantes com uma trajetória laboral entre 11 e 15 anos revelam maior indecisão, e sua percepção em relação à questão 16 se aproxima mais da indiferença. Participantes com até 5 anos de experiência demonstram uma maior propensão a concordar exclusivamente com a indagação apresentada na questão, enquanto participantes com uma vivência profissional entre 6 e 10 anos, assim como aqueles com mais de 15 anos de experiência, exibem uma maior inclinação a concordar integralmente com a problemática formulada na questão 16, conforme ilustrado na Figura 6.

Quanto ao grau de formação, 51,7% possuem graduação; 32,1%, especialização; 13,8% mestrado e 3,5% não responderam a essa questão. Sobre a experiência em contabilidade no setor público, 58,6% possuem até cinco anos de experiência, 17,2% de seis a dez anos, 10,3% de onze a quinze anos e 13,8% mais de quinze anos de experiência. Observa-se que 75,9% dos participantes da pesquisa possuem curso complementar em informática, enquanto 24,1% não possuem.

Figura 6

Resultados da análise de correspondências entre as categorias da questão 16 e características como idade, escolaridade e experiência



Antes da implantação do sistema e-TCE, 65,5% já desempenhavam a função de contador, e 34,5% não desempenhavam essa função. Após a implantação do sistema e-TCE, 79,3% dos respondentes alegaram que receberam capacitação para usar o sistema e 20,7% não receberam essa capacitação. Quanto à utilização do sistema e-TCE, 72,4% responderam ter utilizado o sistema e, apesar de 27,6% não ter utilizado, muitos revelaram seus motivos, que são: não finalização dos fluxos para apuração de TCE no âmbito institucional (12,5%), não participação na Tomada de Contas Especial (25%); desconhecimento do sistema (25%); e os 37,5% restantes não revelaram o motivo.

Conforme esses resultados, em geral, os objetivos previstos com a implantação do sistema e-TCE estão sendo alcançados. Quanto à qualidade e à integridade dos dados, à integração com as bases dos sistemas SIAFI/Siconv, à informação, à retroalimentação da política pública, à objetividade na responsabilização, à desburocratização e rapidez, à visão integrada do fluxo de tramitação do processo com seus desdobramentos e à identificação de

débitos e coordenação das ações desenvolvidas pelo TCU e pela AGU com base nos registros e documentos concernentes, os resultados estão sendo alcançados.

A análise de correspondências múltiplas revelou que a percepção positiva sobre o sistema e-TCE é mais prevalente entre contadores com menor tempo de experiência e aqueles com níveis de escolaridade inferiores, enquanto participantes com maior experiência e escolaridade tendem a ser mais críticos ou indecisos. Essa variação pode ser interpretada à luz da Teoria Institucional, que sugere que os indivíduos dentro das organizações são influenciados por normas e práticas estabelecidas ao longo do tempo. Profissionais mais experientes podem estar mais familiarizados e adaptados aos processos tradicionais, levando a uma maior resistência ou crítica em relação a novas tecnologias. Por outro lado, aqueles com menos experiência podem perceber mais claramente os benefícios das inovações, como o sistema e-TCE, por não estarem tão vinculados às práticas instituídas anteriormente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a percepção dos profissionais de contabilidade das Universidades Federais brasileiras sobre a efetividade do sistema e-TCE nas Tomadas de Contas Especiais, apoiando-se nos pressupostos da Teoria Institucional. Os resultados evidenciam que, na percepção dos contadores, a implantação do sistema e-TCE tem alcançado os objetivos propostos, demonstrando maior efetividade na adoção de TCE como instrumento de responsabilização e resguardo ao erário. As novas tecnologias, portanto, contribuem significativamente para o desenvolvimento na esfera pública.

A análise dos dados revela que a maioria dos respondentes concorda que o sistema e-TCE promove melhorias significativas na comunicação entre os órgãos de controle interno e externo, integra dados de forma eficiente e agiliza o processo de tomada de contas especial.

Segundo a Teoria Institucional, que examina a legitimidade organizacional e os processos de mudança institucional (Osborne & Plastrik, 1997; Dias et al., 2019), a implementação do sistema e-TCE pode ser vista como um esforço de legitimação institucional, adaptando-se às demandas sociais e tecnológicas para melhorar a transparência e a eficiência na prestação de contas públicas.

Os pressupostos da Teoria Institucional sugerem que as organizações adotem novas práticas e tecnologias em resposta a pressões externas, buscando entender como o governo eletrônico se legitima e se adapta às demandas sociais e tecnológicas. Nesse sentido, o sistema e-TCE pode ser interpretado como uma resposta institucional a essas pressões, promovendo a modernização e padronização dos processos contábeis nos Tribunais de Contas.

Conforme destacado por North (1990), o conceito de mudança institucional se manifesta por meio de processos incrementais, nos quais são realizados ajustes marginais nas complexas normas, regras e imposições que constituem a estrutura institucional sem que ocorra ruptura institucional. Os resultados deste estudo indicam que a adoção do sistema e-TCE segue essa lógica de mudança incremental, melhorando a qualidade dos processos de TCE.

No entanto, alguns pontos de melhoria foram identificados a partir das respostas neutras e da menor participação de determinados perfis. Esses dados podem sinalizar a necessidade de aprimoramento do sistema e-TCE para atender melhor às necessidades de todos os usuários. A análise das respostas neutras sugere que algumas funcionalidades do sistema podem não estar suficientemente claras ou integradas, gerando incertezas entre os usuários. Além disso, a menor participação de perfis com maior escolaridade e experiência indica a necessidade de ajustes que tornem o sistema mais intuitivo e acessível para esses grupos.

Portanto, recomenda-se que futuras melhorias no sistema e-TCE considerem essas variáveis, visando a um sistema mais robusto e adaptado às necessidades de todos os servidores. A implementação de treinamentos mais específicos e a inclusão de *feedback* contínuo dos usuários podem ser estratégias eficazes para alcançar esses objetivos. A implantação de sistemas informatizados pode ser vista como a institucionalização de novas visões nas práticas organizacionais, assim como a desinstitucionalização de práticas mais antigas moldadas por tradições.

Para pesquisas futuras, sugere-se a realização de estudos similares em outros órgãos, ensejando oportunidades para análises comparativas a partir das limitações apontadas neste estudo. Também é recomendado realizar estudos comparativos de serviços digitais brasileiros com sistemas utilizados em outros países, com vistas a apontar melhores práticas. Ressalta-se que a limitação das amostras impossibilitou análises mais profundas, e os resultados da presente pesquisa não podem ser generalizados.

REFERÊNCIAS

- Agresti, A., & Finlay, B. (2009). *Statistical Methods for the Social Sciences*. (4th ed.). Pearson Prentice Hall.
- Akour, M., & Alenezi, M. (2022). Futuro do ensino superior na era da transformação digital. *Ciências da Educação*, 12(11), 784.
- Almeida, S. C. M. (2017). *A atividade contratual local e a sua fiscalização pelo Tribunal de Contas* (Dissertação de Mestrado). Universidade do Minho, Portugal.
- Al-Zahrani, M. (2020). Integrating IS success model with cybersecurity factors for e-government implementation in the Kingdom of Saudi Arabia. *International Journal of*

Electrical and Computer Engineering, 10(5), 4937-4955.

<http://dx.doi.org/10.11591/ijece.v10i5.pp4937-4955>

Androniceanu, A. (2021). A transparência na administração pública como desafio para uma boa governança democrática. *Revista Administratie si Management Public*, (36), 149-164.

Arraes, J da S.; Ferreira, L.; Reis, O. dos. (2019) Tomada de contas especial e cobrança executiva no âmbito do Tribunal de Contas da União 2013-2017. *Revista Controle*, 17(1), 201-224. <https://doi.org/10.32586/rcda.v17i1.489>.

Bandeira, A. S. M. (2022). *Maturidade em Governo Digital no Ministério Público Brasileiro* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Lisboa.

Beh, E., & Lombardo, R. (2014). *Correspondence analysis: Theory, practice and new strategies*. Wiley, New York.

Blonski, F., Prates, R. C., Costa, M., & Vizeu, F. (2017). O controle gerencial na perspectiva do New Public Management: o caso da adoção do Balanced Scorecard na Receita Federal do Brasil. *Administração Pública e Gestão Social*, 9(1), 15-30.
<http://dx.doi.org/10.21118/apgs.v1i1.1042>

Brasil. (1998). *Lei no 9.755, de 16 de dezembro de 1998*. Dispõe sobre a criação de *homepage* na Internet, pelo Tribunal de Contas da União, para divulgação dos dados e informações que especifica, e dá outras providências. Casa Civil.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19755.htm

Brasil. (2018). *Portaria TCU nº 122, de 20 de abril de 2018*. Dispõe sobre a implantação e a operacionalização do sistema informatizado de tomada de conta especial (Sistema e-TCE), com amparo no § 5º do art.11 da Decisão Normativa-TCU nº 155, de 23 de novembro de 2016.

- Brasil. (2021). *Portaria CGU nº 1.531, de 01 de julho de 2021*. Orienta tecnicamente os órgãos e entidades sujeitos ao Controle Interno do Poder Executivo Federal sobre a instauração e a organização da fase interna do processo de Tomada de Contas Especial. CGU.
- Castro, S., & Costa, A. (2022). O Status Quo do Relato Integrado no Setor Público Brasileiro. *Revista Gestão Organizacional*, 15(3), 254-270.
<https://doi.org/10.22277/rgo.v15i3.6542>
- Coelho, A. D. S. (2021). *Instrumento de controle e recuperação de recursos financeiros: uma análise sobre a eficácia da tomada de contas especial nos municípios do Norte Fluminense* (Dissertação de Mestrado). Fundação Getúlio Vargas.
- Cristóvam, J. S. D. S., Saikali, L. B., & Sousa, T. P. D. (2020). Governo digital na implementação de serviços públicos para a concretização de direitos sociais no Brasil. *Sequência*, 41(84), 209-242. <https://doi.org/10.5007/2177-7055.2020v43n84p209>
- Cunha, M. A. V. C. D., & Miranda, P. R. D. M. (2013). O uso de TIC pelos governos: uma proposta de agenda de pesquisa a partir da produção acadêmica e da prática nacional. *Organizações & sociedade*, 20, 543-566. <https://doi.org/10.1590/S1984-92302013000300010>
- Dall'Agnol, C. F., Tondolo, R. D. R. P., Tondolo, V. A. G., & Sarquis, A. B. (2017). Transparência e prestação de contas na mobilização de recursos no terceiro setor: um estudo de casos múltiplos realizado no sul do Brasil. *Revista Universo Contábil*, 13(2), 187-203.
- Dias, T. F., Sano, H., & Medeiros, M. F. M. D. (2019). *Inovação e tecnologias da comunicação e informação na administração pública*. Enap.

- DiMaggio, P. J., & Powell, W. W. (1983). The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, 48:147- 60.
- Gil-Garcia, J. R., & Flores-Zúñiga, M. Á. (2020). Towards a comprehensive understanding of digital government success: Integrating implementation and adoption factors. *Government Information Quarterly*, 37(4), 101518
<https://doi.org/10.1016/j.giq.2020.101518>
- Greenacre, M. & Blasius, J. (eds), (2006). *Multiple Correspondence Analysis and Related Methods*. Statistics in the Social and Behavioural Sciences Series, Chapman & Hall/CRC.
- Internacional Federation of Accountants (IFAC). (2001). *Governance in the public sector: a governing body perspective*. (Study 13). https://portal.tcu.gov.br/en_us/biblioteca-digital/governance-in-the-public-sector-a-governing-body-perspective.htm
- Kraemer, K., & King, J. L. (2006). Information technology and administrative reform: will e-government be different? *International Journal of Electronic Government Research (IJEGR)*, 2(1), 1-20. <http://doi.org/10.4018/jegr.2006010101>
- Likert, R. (1932). A Technique for the Measurement of Attitudes. *Archives of Psychology*, 140, 1-55.
- Melati, C., & Janissek-Muniz, R. (2020). Governo inteligente: análise de dimensões sob a perspectiva de gestores públicos. *Revista de Administração Pública*, 54, 400-415.
<https://doi.org/10.1590/0034-761220190226>
- Meyer, J. W., & Rowan, B. (1977). Institutionalized organizations: Formal structure as myth and ceremony. *American journal of sociology*, 83(2), 340-363.

- Murungi, S., & Kayigamba, C. (2015). The impact of computerized accounting system on financial reporting in the ministry of local government of Rwanda. *Journal of Emerging Trends in Economics and Management Sciences*, 6(4), 261-265.
- North, D. C. (1990). *Institutions, institutional change and economic performance* (Vol. 4). Cambridge university press.
- Oliveira, A. D. N. (2017). *Dissecando os relatórios do TCE-PE de avaliação das prestações de contas dos municípios pernambucanos: uma análise exploratória* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco.
- Osborne, D., & Plastrik, P. (1997). *Banishing Bureaucracy: The Five Strategies for Reinventing Government*. Addison-Wesley Publishing Company.
- Pacheco, A. P. C. (2021). A Governança de Tecnologia da Informação no Poder Judiciário: Uma análise a partir do iGovTIC-JUD. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, 10(9), e23610917862-e23610917862.
- Pereira, C. A. (1999). Ambiente, empresa, gestão e eficácia. Em A. Catelli (Org.). *Controladoria: uma abordagem da gestão econômica – Gecon*. Atlas.
- Pinho, J. G. S., & Rodrigues, R. C. (2020). Controladoria na Gestão Pública: uma análise das práticas adotadas nos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, 11(3). <http://dx.doi.org/10.5380/rcc.v11i3.71421>
- Quintão, C. M. P. G., & Carneiro, R. (2015). A tomada de contas especial como instrumento de controle e responsabilização. *Revista de Administração Pública*, 49, 473-491. <https://doi.org/10.1590/0034-7612127943>
- Reck, J. R., & Hübner, B. H. (2021). A transformação digital do estado: digitalização do governo e dos serviços públicos no Brasil. *Revista Eletrônica Direito e Política*, 16(3), 1075-1096. <https://doi.org/10.14210/rdp.v16n3.p1075-1096>

- Reis, A. F. D., Dacorso, A. L. R., & Tenório, F. A. G. (2015). Influência do uso de tecnologias de informação e comunicação na prestação de contas públicas municipais- um estudo de caso no Tribunal de Contas dos Municípios do estado da Bahia. *Revista de Administração Pública*, 49(1), 231-251. <https://doi.org/10.1590/0034-76121664>
- Sampaio, R. C., Barros, S. A. R., & Morais, R. (2012). Como avaliar a deliberação online? Um mapeamento de critérios relevantes. *Opinião Pública*, 18(2), 470-489. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762012000200010>
- Samuel, M., Doctor, G., Christian, P., & Baradi, M. (2020). Drivers and barriers to e-government adoption in Indian cities. *Journal of Urban Management*, 9(4), 408-417. <https://doi.org/10.1016/j.jum.2023.05.002>
- Santos, D. S. (2021). Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs): uma abordagem no ensino remoto de Química e Nanotecnologia nas escolas em tempos de distanciamento social. *Revista Latino-Americana de Estudos Científicos*, 2(7), 15-25. <http://dx.doi.org/10.46375/relaec.33855>
- Slomski, V. (2005). Controladoria e governança na gestão pública. Atlas
- Slomski, V. (2007). *Controladoria e Governança na gestão pública*. Atlas.
- Soeiro, T. D. M., & Wanderley, C. D. A. (2019). A teoria institucional na pesquisa em contabilidade: uma revisão. *Organizações & Sociedade*, 26(89), 291-316. <https://doi.org/10.1590/1984-9260895>.
- Sousa, A. C. S., & de Arruda, P. C. L. (2020). Processo judicial eletrônico e sua efetividade na gestão pública de processos no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí. *Revista da Escola Judiciária do Piauí*, 2(2), 291-316.
- Speck, B. W. (2000). *Inovação e rotina no Tribunal de Contas da União. O papel da instituição superior de controle financeiro no sistema político-administrativo brasileiro*. Fundação Konrad-Adenauer Stiftung.

- Sundfeld, C. A., Câmara, J. A., Monteiro, V., & Rosilho, A. (2017). O valor das decisões do Tribunal de Contas da União sobre irregularidades em contratos. *Revista Direito GV*, 13(3), 866-890. <https://doi.org/10.1590/2317-6172201734>
- Tolbert, P. S., & Zucker, L. G. (1999). A institucionalização da teoria institucional. Em R. Fachim (Org.). *Handbook de estudos organizacionais*. Atlas.
- Twizeyimana, J. D., & Andersson, A. (2019). The public value of e-government – a literature review. *Government Information Quarterly*, 36(2), 167-178. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2019.01.001>.
- Viana, A. C. A. (2021). Transformação digital na administração pública: do governo eletrônico ao governo digital. *Revista Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo*, 8(1), 115-136. <https://doi.org/10.14409/redoeda.v8i1.10330>.

APÊNDICE – Questionário

Descrição das questões 1 a 3 do questionário

Variável	Questão	Pergunta
Gênero	1	Qual seu gênero?
Faixa etária	2	Qual sua faixa etária?
Formação	3	Qual o seu grau de formação?

Descrição das questões 4 a 7 do questionário

Experiência	4	Experiência em Contabilidade no Setor Público
Curso complementar	5	Possui curso de formação complementar em informática?
Função de contador	6	Desempenhava a função de contador antes da informatização através do Sistema e-TCE?
Capacitação	7	Foi ofertada capacitação adequada após a implantação do Sistema e-TCE?

Descrição das questões 8 a 10 do questionário

Utilização e-TCE	8	Já utilizou sistema e-TCE na sua instituição? Caso não tenha utilizado o sistema, descreva o motivo
Usabilidade	9	O Sistema e-TCE é de fácil aprendizagem e permite uma boa usabilidade por parte dos usuários permitindo a execução de suas tarefas com sucesso?
Suporte técnico	10	Existe amparo do suporte técnico quanto a dúvidas operacionais ao Sistema e-TCE?

Descrição das questões 11 a 17 do questionário

Variável	Quanto estão	Objetivo previsto	Pergunta
Qualidade	11	Qualidade e integridade do dado	Na sua percepção, a informatização da Tomada de Contas Especial através do e-TCE promove uma melhor comunicação entre o controle interno e externo capaz de disponibilizar todas as informações necessárias melhorando a qualidade do processo?
Integração	12	Integração com as bases dos sistemas SIAFI/Siconv	Na sua percepção, o Sistema e-TCE contribui para o ganho de tempo com base na integração dos sistemas SIAFI/Siconv com sistemas estruturantes da administração?
Gerenciamento	13	Informação e retroalimentação da política pública	Na sua percepção com o Sistema e-TCE, permite o gerenciamento dos dados produzidos pelo conjunto das tomadas de contas especiais (relatórios e indicadores que poderão ser instrumento de melhorias na formulação e execução da política pública)? Na sua percepção, as funcionalidades desenvolvidas
Objetividade	14	Objetividade e responsabilização	permitem maior objetividade na inserção de informações referentes à responsabilização (irregularidade, responsável, conduta, dano), subsidiando o instaurador na identificação dos elementos que devem estar presentes na Tomada de Contas Especial agregando qualidade ao processo?

Desburocratização	15	Desburocratização e rapidez	O Sistema e-TCE contribui para que após a conclusão dos trabalhos concernentes ao setor contábil, o processo seja automaticamente disponibilizado ao setor ou órgão seguinte?
Visão	16	Visão integrada do fluxo de tramitação do processo de TCE e dos seus desdobramentos	Na sua percepção, a visão integrada do fluxo de tramitação do processo da Tomada de Contas Especial e dos seus desdobramentos permite aos agentes acompanharem o processo desde a instauração até seu julgamento no TCU, evitando o dispêndio de tempo com pesquisas manuais para verificação de seu andamento?
Débitos	17	Identificação de débitos	Na sua percepção, o Sistema e-TCE contribui para identificar os débitos decorrentes que estão dispensados da instauração da tomada de contas especial, (aplicação do art. 6º, incisos I e II, da IN TCU 71/2012)?

The Implementation of the e-Special Rendering of Accounts System from the Perspective of Federal Government Accountants

ABSTRACT

Objective: This research aims to analyze the perception of accounting professionals from Brazilian Federal Universities about the effectiveness of implementing the e-TCE (TCE in Portuguese) system in the Taking of Special Accounts.

Method: Theoretical insights from Institutional Theory were used based on the perception of professionals in the accounting sector at Federal Universities. The data collected for the research were applied electronically in an objective survey questionnaire. The sample assembled 82% of accounting professionals from Brazilian Federal Universities. Descriptive and bivariate association analyses were conducted. The data were analyzed using Multiple Correspondence Analysis.

Originality/Relevance: The study is original because it is the first to analyze the effectiveness of the e-TCE system and the data analyzed from the perspective of servers. Other studies commonly analyze this effectiveness from the perspective of the citizen.

Results: The results revealed that the benefits foreseen implementing the e-TCE system are being achieved. Objectivity is a substantial contribution that the e-TCE system brought to the flow of internal

formalization of Special Rendering of Accounts, as 70% of individuals in the sample agree that the functionalities developed allow greater objectivity in the insertion of accountability information, supporting the creator in identifying the elements that must be present in the Special Rendering of Accounts, adding quality to the processes.

Theoretical/Methodological contributions: This research contributes to understanding how the e-TCE system promotes improvements in the workflow of Special Rendering of Accounts, besides how ICTs assist in public administration management processes.

Keywords: Electronic Government, Accountability, Special Rendering of Accounts, e-TCE System.

Ana Paula de Moraes 
Federal University of Goiás - UFG,
Goiás Brasil
paula_moraes@discente.ufg.br

Mario Ernesto Piscocya Diaz 
Federal University of Goiás - UFG,
Goiás, Brasil
mpiscocya@ufg.br

Abimael de Jesus Barros 
University of Brasília – UNB, Distrito
Federal, Brasil
acosta@unb.br

Received: January 10, 2024

Revised: July 30, 2024

Accepted: August 10, 2024

Published: December 30, 2024

